



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

PROJETO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E POPULAÇÕES LOCAIS:
EXPERIÊNCIAS EM CABO VERDE E NO BRASIL

PROPONENTE:

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa Pós-graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ); Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC); do Quadro Permanente dos Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e Políticas Públicas (PGPP); Líder do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA)

INSTITUIÇÃO DE VÍNCULO:

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

São Luís
março de 2014

1 Resumo

O projeto de cooperação internacional visa estudar projetos de desenvolvimento e de modernização econômica e suas consequências sociais e ambientais sobre populações locais, em uma perspectiva comparada. Trata-se de evidenciar lógicas sociais e processos de dominação que perpassam a implantação de grande projetos nos contextos específicos do Maranhão e de Cabo Verde. Trabalha-se com a hipótese de que nos distintos contextos sociais (da Amazônia oriental e do Arquipélago africano), os empreendimentos que vêm sendo gestados assumem uma perspectiva neodesenvolvimentista que desconsidera, no processo de implantação, os saberes locais. Constitui-se então uma relação que mescla esperanças de modernização e subjugação das populações nativas, revelando estratégias específicas de expansão do capital internacional. A comparação permite evidenciar, ainda, especificidades das estratégias de implantação por empresas e governos e os processos de resistência engendrados.

2 Introdução

O projeto de cooperação internacional *Projetos de Desenvolvimento e populações locais: experiências em Cabo Verde e no Brasil* surge de uma preocupação geral do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e aos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e Políticas Públicas (PGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), juntamente com equipe da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), vinculada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em estudar projetos de desenvolvimento e modernização econômica e suas consequências sociais e ambientais sobre populações locais.

A implantação na Amazônia brasileira de um modelo de desenvolvimento altamente impactante sobre populações e ambientes, concebido no regime ditatorial de 1964, resultou no confronto com lógicas diferenciadas de ocupação e uso de territórios e recursos. Este modelo, ainda hoje, é mantido em boa parte de suas características e continua a impactar grupos sociais que reagem, na busca de manter seus modos de vida. Se não conta mais com o poder de repressão assegurado no período militar, recorrentemente utilizado nos processos de deslocamento compulsório de grupos que mantinham territórios almejados pelos projetos a serem implantados ou para a repressão

de protestos resultantes de externalidades geradas por estes mesmos projetos, hoje é crescente a utilização de processos de manipulação dos instrumentos legais, previstos na legislação brasileira, e da organização social dos grupos sociais atingidos por seus impactos.

No Brasil e, especialmente, na Amazônia brasileira contemporâneos, a compreensão dos processos de instalação de projetos e políticas de desenvolvimento e de suas consequências socioambientais requer um esforço intensivo no sentido de recuperar como surgiu e quais são os desdobramentos do modelo de desenvolvimento decorrente das investidas dos governos ditatoriais, instalados após o Golpe Militar de 1964, e que contaram com a ativa participação da iniciativa privada, brasileira e internacional, e de grandes agências internacionais de financiamento. Este modelo previa a industrialização e, conseqüente, modernização do país e, concomitante e associadamente, a integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e internacional (BUNKER, 1988; CARDOSO e MULLER, 1977; SANT'ANA JÚNIOR, 2004). Como instrumento para garantir a efetivação de seu modelo de desenvolvimento, o governo federal planejou para a Amazônia brasileira a instalação de infraestrutura básica (construção de grandes estradas de rodagem, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas) que permitisse a rápida ocupação da região, entendida então como um grande vazio demográfico (D'INCAO e SILVEIRA, 1994).

Atualmente, na Amazônia brasileira, grande parte dos projetos de infraestrutura planejados nos governos ditatoriais e não implantados ou parcialmente implantados até então, estão sendo retomados, intensificados e novos projetos e programas são elaborados e implementados, envolvendo agências governamentais e privadas. Mesmo considerando-se todas as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas desde o final dos anos 1970, no Brasil e internacionalmente, que não permitem que se afirme simplesmente a continuidade do modelo de desenvolvimento concebido no período ditatorial, não se pode deixar de perceber continuidades e, principalmente, de constatar os efeitos objetivos dos desdobramentos contemporâneos do modelo, que promovem intensos impactos sociais e ambientais. Impactos derivados principalmente das lógicas sociais distintas de governo, dos grandes empreendimentos e das populações locais que perpassam esses processos sociais de implementação de projetos de desenvolvimento.

Em Cabo Verde, de forma semelhante, é possível problematizar a relação entre processos de desenvolvimento em curso e populações locais. Trata-se de um país africano insular, um arquipélago de dez ilhas, com cerca de meio milhão de habitantes.

Formalmente independente de Portugal desde 1975, os projetos de desenvolvimento para Cabo Verde, podem ser, segundo Reis (1999) divididos em dois momentos principais: no pós-independência (1975-1990), quando se adota uma “estratégia socialista”; e um segundo momento (a partir de 1991), quando se volta para o reconhecimento dos setores internacionais como fundamentais para o desenvolvimento.

No período compreendido entre 1975, ano da independência, e 1990, foi adotada uma estratégia socialista, redistributiva, preocupada com a valorização dos recursos humanos, da educação, da formação técnica, da saúde, com a solvabilidade externa, a unificação do mercado interno, a satisfação das necessidades das populações. Neste período foram aplicados dois planos de desenvolvimento: o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, que vigorou de 1982 a 1985, e o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, nos anos de 1986 a 1990. Esses dois planos eram constituídos por um conjunto de projetos e programas de investimento público coordenados de forma centralizada pelo Estado. A partir de 1990, para Reis verifica mudanças no sentido de “uma hierarquização diferente dos atores do desenvolvimento e para o explícito reconhecimento da importância do setor externo no desenvolvimento”. A centralidade do Estado passa a perder importância para o setor privado e o capital internacional.

Do direcionamento tomado pela política de desenvolvimento cabo-verdiana, verifica-se que fortemente condicionado pelo clima árido do sahel, Cabo Verde, apesar de ter uma população expressiva de pequenos agricultores, não tem na agricultura sua aposta decisiva para o desenvolvimento. Segundo Reis (1999), apesar de Cabo Verde ser um país de agricultores e pescadores, a agricultura e a pesca contribuem com aproximadamente 10% para o PIB. Para elites governantes, a agricultura não desempenha um papel decisivo no sistema produtivo, que está cada vez mais baseado em atividades secundárias e terciárias, muitas derivadas principalmente do capital internacional.

Entre os desafios costumeiramente apresentados ao desenvolvimento econômico, principalmente em relação a aposta na agricultura, destacam-se as questões ambientais. Cabo Verde exhibe, em seus principais documentos sobre a problemática ambiental, de um lado, a extrema vulnerabilidade ambiental que se expressa de forma dramática nas tendências de desertificação e por outro lado, o imenso esforço humano para contrabalançar as auguras da natureza. A construção, fartamente documentada, da imagem de homens contra uma natureza agreste produz um duplo efeito de voluntarismo elitista. Por um lado, provoca com dramaticidade a divisão entre a vontade

humana *versus* a natureza manipulável. Por outro, joga o peso final dos êxitos nas decisões institucionais, o que faz com que as “massas” pareçam ser mais ou menos obtusas e manobráveis. Por exemplo, se dirá do pequeno camponês caboverdiano, no segundo plano nacional para o ambiente, que a sobreexploração da reduzida capacidade agrícola e pecuária “provoca perda de biodiversidade, a diminuição da qualidade de água para todos os diferentes usos, a perda de interesse turístico e, por conseguinte, a redução das fontes de rendimento rural” (MAAP / DGA, 2004- 2014, p. 8). Sob o diagnóstico de que se deve ensinar ao camponês a explorar melhor e sem riscos de sobreexploração, abrem-se brechas para uma frenética ação de mediação visando o desenvolvimento sustentável.

Mas os lados mais sombrios dos desafios ecológicos do país estão longe de ser bem equacionados nesses mesmos documentos. Cabo Verde é um estado insular de 450 km², marcado por vulnerabilidades biofísicas, ecológicas e territoriais que impõem severas restrições às atividades econômicas. No desenho do desenvolvimento rural, sob a noção vaga de desenvolvimento sustentável, os vários governos caboverdianos têm hibridizado lógicas da revolução verde sob o prisma do agronegócio com princípios ecológicos não nucleados sob nenhuma agenda agroecológica. Ações de turismo e valorização da paisagem rural que não levam e conta as lógicas camponesas tem sido também uma das alternativas desenvolvimentistas.

A predominância do prisma do empreendedorismo como motor do combate à pobreza (predominantemente rural) tem tido pouco impacto sobre o fenômeno do êxodo rural. O resultado é uma cristalização da pobreza rural e uma tendência a acentuar as desigualdades tanto no meio rural como no urbano. No meio urbano, o crescimento demográfico e o exagerado consumismo de produtos industrializados pelas elites e classes médias têm provocado um aumento exponencial da produção de resíduos e é um desafio de grande complexidade a questão do manejo dos mesmos. O Estado não consegue responder com uma gestão adequada dos resíduos, o que constitui uma ameaça à saúde da população e ao ambiente.

3 Justificativa

O entendimento, ainda presente, da Amazônia brasileira como um grande vazio demográfico a ser ocupado desconsidera a existência de inúmeros grupos sociais e povos que milenar ou secularmente ocupam a região e aí constituem relações produtivas, sociais e culturais, com características próprias. Esses povos, em maior ou

menor intensidade (o que somente pode ser verificado em cada caso empírico) reagem, enfrentam e propõem alternativas ao modelo de desenvolvimento que os impacta. Essas reações, em boa parte dos casos, se iniciam como um conflito de caráter social, em torno da posse de territórios (ALMEIDA, 1996) e passam, crescentemente por processos que Leite Lopes (2004) define como “ambientalização dos conflitos sociais”, podendo ser configurados como “conflitos socioambientais”. Estes conflitos podem tanto se manter como “conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais” (em especial pelo controle do território), quanto incorporar, principalmente nos casos vinculados à industrialização ou à agricultura com uso intensivo de produtos químicos, a dimensão de “conflitos por distribuição de externalidades”, isto é, conflitos em torno de situações em que “o desenvolvimento de uma atividade comprometa a possibilidade de outras práticas se manterem” (ACSELRAD, 2004, p. 25), devido a seus efeitos. Consoante Acelrad (2004, p. 26), os conflitos a que nos referimos são

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis ... decorrentes do exercício de práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc.

As populações locais constituem um modo de vida próprio (cultura, sociabilidade, trabalho), em grande medida adaptado às condições ecológicas, predominando economia polivalente, ou seja, agricultura, pesca, extrativismo, artesanato, com um calendário sazonal anual, conforme os recursos naturais explorados, normalmente, sob o regime familiar de organização do trabalho (ALMEIDA e CUNHA, 2001; LITTLE, 2002; SANT’ANNA, 2003; ALVES; SANT’ANA JÚNIOR e MENDONÇA, 2007).

Na Amazônia Oriental, o Projeto Grande Carajás (CARNEIRO, 1997; MONTEIRO, 1997), “concebido para garantir a exploração e comercialização das ricas jazidas de minério localizadas no sudeste do Pará” (AQUINO e SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 47) e com consequências em uma grande área de influência e vários ramos de atividade econômica, constituiu-se na expressão mais visível do modelo de desenvolvimento implementado a partir dos governos ditatoriais.

No Maranhão, os desdobramentos deste projeto e de outras iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infraestrutura necessária para a

exploração e/ou escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial do próprio Maranhão e de estados vizinhos. Desde o final da década de 1970, foram implantados: extensa rede de estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as grandes minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense (administrada pela Cia. Vale do Rio Doce, conhecida atualmente apenas como Vale); o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui (administrado pela estatal estadual Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP), da Ponta da Madeira (pertencente à Vale) e da Alumar (pertencente ao Consórcio Alumínio do Maranhão, subsidiária da multinacional do alumínio Alcoa); a hidrelétrica de Estreito e a Termelétrica do Porto do Itaqui (essas últimas em fase de construção). Paralelo e associadamente a estas grandes obras de infraestrutura, foram instalados neste mesmo período: oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (Alumar) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA), em Alcântara; projetos de monocultura agrícola (eucalipto, soja, sorgo, milho) no sul e sudeste do estado; projetos de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral.

Esse conjunto de iniciativas, decorrentes de planejamentos governamentais e envolvendo, ou não, a iniciativa privada, tem provocado profundos impactos socioambientais, alterando biomas e modos de vida de populações locais (que em muitos casos reivindicam a condição de populações tradicionais, de quilombolas ou de indígenas, com direitos resguardados na Constituição Federal de 1988), através de reordenamento socioeconômico e espacial de áreas destinadas à implantação dos mesmos.

A implantação de projetos de desenvolvimento provoca o confronto de lógicas diferenciadas de apropriação do ambiente, seja dos grupos sociais atingidos, seja dos grupos que gerenciam os grandes projetos de desenvolvimento ou daqueles que se aliam aos mesmos, conduzindo esse cenário de disputas para “conflitos ambientais”, que envolvem diferentes formas de significação do modo de vida, a partir das diferentes categorias, representações e atores sociais que neles buscam legitimidade (ACSELRAD, 2004).

O projeto proposto se justifica, então, na medida em que no Maranhão, conflitos socioambientais se configuram desde o início dos anos 1980 e continuam a surgir novos, na medida em que as características impactantes do modelo de desenvolvimento dominante permanecem, mesmo que ressignificado como neodesenvolvimentismo e discursivamente amenizadas, por exemplo, através da incorporação de noções como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental.

A perspectiva comparativa, entre os conflitos decorrentes das políticas desenvolvimentistas no Maranhão e em Cabo Verde, justifica-se, uma vez que no arquipélago na costa africana, as opções por projetos de desenvolvimento urbanos e ocidentalizantes também têm confrontado lógicas locais camponesas. Portanto, é interessante destacar estratégias, posições governamentais e de empresas privadas, processos de resistência e alternativas aos modelos propostos nas duas realidades em foco, de forma a enfatizar lógicas comuns e confrontar especificidades dos processos de expansão do capital.

No arquipélago caboverdiano, assiste-se recentemente ao incentivo de processos de desenvolvimento ligados a uma desenfreada especulação imobiliária reforçada por uma espoliadora política de turismo. Esse processo está baseado num processo de valorização da paisagem rura que exclui a população local. A valorização da paisagem e o questionamento das práticas camponesas e prol do meio ambiente, abala estruturas fundamentais da economia e do pensamento campesino. Políticas públicas de destruição sistemática das organizações espaço-temporais dos camponeses levam um tal desenraizamento que as periferias das cidades se tornam campos de refugiados rurais.

A paisagem, os saberes e práticas dos camponeses são simultaneamente exaltados pelos mediadores de políticas públicas do desenvolvimento rural e desqualificados no processo de indução ao desenvolvimento, mesmo quando tais políticas estão sobre etiquetas relacionadas à sustentabilidade. A mediação se sustenta como conjunto de práticas dotadas de sentido, se no modo de vida camponês se consegue discernir lacunas, faltas, carências, a serem suplementadas pelos saberes especialistas e pelos dividendos materiais carregados pelos mediadores de políticas públicas.

Outro tipo de relação possível seria aquela do aprendizado com as seculares relações das comunidades campesinas com o ambiente natural; a indiscernibilidade constitutiva da relação entre cultura e natureza nas configurações cosmopolíticas do rural. No caso cabo-verdiano, o secular processo de convívio com um clima agreste, os

frequentes ciclos de fome, conferiam um sentido de contenção às práticas de consumos que é um legado campesino que os cidadãos, sobretudo as classes médias e as elites político-empresariais vêem desperdiçando.

Pressupõe-se, nos planos ambientais governamentais, que a educação ambiental poderia ser realizada nas costas desses modelos tradicionais de relação homem-natureza. Da mesma forma que na dimensão do consumo, a lógica camponesa da reciprocidade é sistematicamente desprezada mesmo quando se induz as comunidades a formas mais associativas de produção. O desprezo pelo conhecimento local e pelos modelos tradicionais de concepção de natureza-cultura se dá como desconhecimento dos ordenamentos econômicos tradicionais, substituídos pelos saberes de Estado.

O modelo de colonialidade do espaço permanece impregnando o imaginário pós-colonial de nação. As elites político-empresariais do país, elevadas graças às estratégias de controle dos fluxos de recursos para o desenvolvimento, intensificam as dinâmicas espaciais que segregam os centros como urbanidades civilizadas e as periferias como monstruosos espaços de degradação ambiental. Mesmo para os recém alçados a posições de elites e que oriundos do meio rural, a trajetória ascendente sustenta um branqueamento pelo consumismo ostensivo como estilo de vida ocidentalizado. A consolidação de centros de confluência dos processos de importação e exportação de bens simbólicos e culturais que articulam as periferias rurais às ex-metrópoles ocidentais configura os centros das urbanidades como teatro da disputa pelo monopólio dos canais de mediação das agendas internacionais de desenvolvimento.

4 Objetivos

OBJETIVOS GERAIS

Analisar em uma perspectiva comparada grandes projetos e políticas de desenvolvimento executados no Maranhão e em Cabo Verde e os conflitos decorrentes com as populações locais;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear lógicas similares de grandes projetos de desenvolvimento nos países em foco;

- Verificar as continuidades e discontinuidades do modelo de desenvolvimento dos governos brasileiro e caboverdiano e sua reconconfiguração com neodesenvolvimento;
- Analisar a relação entre os modelos de desenvolvimento propostos e os conflitos desencadeados com populações locais.
- Acompanhar e analisar as estratégias empresariais na execução dos projetos;
- Identificar e acompanhar ações de grupos sociais locais.
- Conhecer a organização social, cultural e econômica dos grupos envolvidos, com destaque para saberes e práticas sociais em relação ao ambiente natural e as perspectivas produtivas.
- Aprofundar os estudos teóricos sobre: modelos e projetos de desenvolvimento, questões e movimentos socioambientais, conflitos, populações tradicionais, legislação ambiental.

5 Métodos

O estudo sobre projetos e políticas de desenvolvimento e seus impactos socioambientais demanda o aprofundamento da discussão sobre as concepções vigentes de modernidade (DOMINGUES, 1999; EINSENSTADT, 1987; POLANYI, 2000; WAGNER, 1994) e de desenvolvimento (ESCOBAR, 1996; VIOLA RECASENS, 2000, SACHS, 2000) e sobre o desenvolvimentismo (MANTEGA, 1984), procurando problematizar essas concepções tão presentes e influentes na formulação de políticas públicas, na iniciativa empresarial e no cotidiano dos grupos sociais atingidos.

Para dar conta das relações entre desenvolvimento e problemáticas socioambientais a revisão bibliográfica e a fundamentação teórica devem contemplar às seguintes discussões: a relação entre desenvolvimento, neodesenvolvimentismo e conflitos socioambientais (ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010); a recuperação histórica e a crítica da noção de desenvolvimento sustentável (ACSELRAD, HERCULANO, PÁDUA, 2004; LEFF, 2001; MUNIZ, SANT'ANA JÚNIOR, 2009; ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005); o estudo sobre grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia e em África (CARNEIRO, 1997; D'INCAO e SILVEIRA, 1994; MONTEIRO, 1997; PORTO-GONÇALVES, 2005b; SANT'ANA JÚNIOR, PEREIRA, ALVES, PEREIRA, 2009); as noções de saber local (BHABHA, 1998; GEERTZ, 1998; SANTOS, 2005); populações tradicionais e sua relação com o território e o ambiente

(ALMEIDA e CUNHA, 2001; ACSELRAD, 2010; LITTLE, 2002; SANT'ANA JÚNIOR, 2004); conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2004); ambientalização de conflitos sociais (LEITE LOPES, 2004);

A operacionalização da pesquisa envolverá professores, estudantes e profissionais vinculados ao GEDMMA e à UNICV, partirá de um levantamento geral dos projetos e das políticas de desenvolvimento implementadas no Maranhão e em Cabo Verde. A partir disso, serão selecionados também casos empíricos a serem estudados mais detalhadamente por pequenos grupos de pesquisadores ou pesquisadores individuais envolvidos.

Serão adotados os seguintes procedimentos metodológicos, relacionados à pesquisa:

- revisão bibliográfica;
- levantamento e mapeamento dos principais projetos de desenvolvimento no Maranhão e em África, especialmente, em Cabo Verde;
- levantamento das fontes de fomento desses projetos e programas;
- identificação e seleção de áreas para estudo empírico e de agentes da iniciativa privada, do setor público e de movimentos sociais que possam atuar como interlocutores da pesquisa;
- trabalho de campo nas áreas escolhidas;
- realização de entrevistas junto a interlocutores selecionados;
- coleta de material bibliográfico e documental;
- acompanhamento e observação de audiências públicas, reuniões, assembleias e outros momentos de realização de debates públicos envolvendo os casos empíricos selecionados;
- realização de duas reuniões das equipes para planejamento e avaliação das atividades do projeto, sendo uma na Uni-CV e outra na UFMA;
- realização de missões de pesquisa e ensino de pesquisadores da UFMA na Uni-VC e da Uni-CV na UFMA;
- realização de estágios pós-doutorais;
- realização de missões de estudo.

6 Metas

- a) Produção de teses e dissertações de boa qualidade, subsidiadas pelas condições de pesquisa e formação asseguradas pelo projeto;
- b) encaminhamento de 02 pesquisadores para realização de estágio pós-doc;
- c) trocas de experiências e publicações conjuntas de alunos das pós-graduações em Ciências Sociais e Políticas Públicas da UFMA e da Uni-CV.
- d) encaminhamento 04 alunos do pós-graduação da PPGSoc/UFMA para missões de estudo na Uni-CV, em Cabo Verde;
- e) edição de dossiê, com artigos relacionados à temática-objeto deste projeto, no periódico Revista Pós Ciências Sociais do PPGCSoc/UFMA;
- f) produção de livro com capítulos relativos aos resultados da pesquisa;
- g) produção de artigos a serem publicados em periódicos qualificados na área das Ciências Sociais;
- h) realização de 04 missões de pesquisa e ensino de pesquisadores da UFMA na Uni-CV.
- i) realização de 02 missões de pesquisa e ensino de pesquisadores da Uni-CV na UFMA.
- j) realização de duas reuniões das equipes para planejamento e avaliação das atividades do projeto, sendo uma em Uni-CV e outra na UFMA.

7 Resultados Esperados

A pesquisa pretende produzir: relatórios individuais dos membros da equipe; relatórios parciais e um relatório geral; dissertações de mestrado; teses de doutorado; artigos publicados em periódicos científicos; trabalhos apresentados e publicados em anais de congressos e seminários científicos de âmbito local, nacional e internacional; palestras, conferências e minicursos proferidos ou ministrados por membros da equipe em eventos acadêmicos; organização de mesas redondas e grupos de trabalhos em eventos científicos; organização de seminários na UFMA e na Uni-CV para apresentar e discutir publicamente temas e resultados vinculados à pesquisa; organização de livro com artigos apresentando os resultados do trabalho de pesquisa, publicação dossiê, com

artigos relacionados à temática-objeto deste projeto, no periódico Revista Pós Ciências Sociais do PPGCSoc/UFMA.

8 Principais Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR, 2010.

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de e CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro, *et.al.* (org.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001, p.92-107.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. In: **Ciências Humanas em Revista**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2007. v. 5 Número Especial. Semestral. p. 29-40.

AQUINO, Maria J. S. e SANT'ANNA JÚNIOR, Horácio A. Ferro, “Canga”, Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F. e RAMALHO, J. R. **Amazônia**: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila *et al.* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

BUNKER, Stephen G. **Underdeveloping the Amazon**; Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARNEIRO, Marcelo D. S. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: COELHO, M. C. N. e COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. p. 223-250.

_____. Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás. In: CASTRO E. e MARIN, R. A. (Orgs.). **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA/ARNI/CELA, 1989. p. 151-192.

CASTRO, Edna e PINTON, Florence (Orgs.). **Faces do trópico úmido**: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP: UFPA-NAEA, 1997.

- D'INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- EISENSTADT, Shmuel. N. (org.) **Patterns of Modernity**. Londres: Frances Pinter, 1987. Vol. II - Beyond the West.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Barcelona, Grupo Editorial Norma, 1996.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LEFF, Enrique. La insoportable levedad de la globalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, 2001, vol. 7, nº 1 (ene.-abr.), p. 149-160.
- LEITE LOPES, José Sérgio (Coord.). **A “ambientalização” dos conflitos sociais; participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.
- LITTLE. Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. 2002. Disponível em: http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm. Acessado em: 29/08/2007.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. Trad. Maurício WALDMAN. São Paulo: Contexto, 2007.
- MIRANDA, Ana Caroline Pires. **"Povos e comunidades tradicionais": análise do processo de construção sociológica e jurídica da expressão**. São Luís: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFMA, 2012. Dissertação de Mestrado.
- MONTEIRO, Maurílio. A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da Estrada de Ferro Carajás. In: COELHO, M. C. N. e COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. p. 183-222.
- MAAP / DGA (2004). **Documento de Síntese do PANA II**, Cabo Verde, 2004 – 2014.
- MUNIZ, L.M; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. In: SANT'ANA JÚNIOR, H. A; PEREIRA, M. J. F; ALVES, E. J. P; PEREIRA, C. R. A (orgs.). **Écos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009. pp. 255-274.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2ª ed. Trad. Fanny WROBEL. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005a.
- _____. **Os (dês) caminhos do meio ambiente**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2005b.

REIS, Victor. **Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a Independência**. Lisboa, 2000 (Dissertação de Mestrado - Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África).

SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Florestania: a saga acreana e os Povos da Floresta**. Rio Branco-AC, EDUFAC, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A; PEREIRA, M. J. F; ALVES, E. J. P; PEREIRA, C. R. A (orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009. pp. 255-274.

SANT'ANNA, Renata. Populações humanas em unidades de conservação. In: **Boletim Rede Amazônia**. Ano 2, nº1. Rio de Janeiro, 2003. p.117-123.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Petrópolis/IEB/ISA, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SIMMEL, G. **Sociologia**. E. Moraes Filho (Org.). São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

VIOLA RECASENS, Andreu. **Antropologia del desarrollo; Teorias y estudios etnográficos en América Latina**. Barcelona-Buenos Aires-México, Paidós, 2000.

WAGNER, Peter. **A sociology of modernity; liberty and discipline**. Londres: Routledge, 1994.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

9 Impactos Econômicos e Sociais para o estado do MA e para o país

A execução da pesquisa permitirá avaliar os projetos e políticas de desenvolvimento presentes no Maranhão e em Cabo Verde a partir da análise dos empreendimentos instalados, dos impactos e tensões gerados sobre comunidades locais, dos processos de resistência e alternativas elaborados em face desses investimentos.

Com isso, a pesquisa contribuirá para uma crítica elaborada a respeito dos investimentos e perspectivas que vêm sendo adotadas nas regiões em estudo. Fornecerá elementos também para pensar a elaboração de propostas de desenvolvimento que levem em consideração perspectivas e modos de vida das comunidades locais, contribuindo

significativamente para a produção de impactos econômicos que levem em conta fatores culturais e sociais dos grupos locais.

10 Infraestrutura e Apoio Técnico

Para a execução da Pesquisa, o Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) conta com sala de trabalho e reuniões (localizada no Térreo, Bloco 1, Centro de Ciências Humanas); equipamentos de informática; máquinas fotográfica; gravadores digitais; material de escritório; um bolsista de Apoio Técnico (bolsa CNPq – Nível Superior). Além disso, conta com o apoio do pessoal e de equipamentos da Secretaria dos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas, do Departamento de Sociologia e Antropologia. Os professores e estudantes contam também com apoio financeiro de órgãos da UFMA para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos.

O projeto de cooperação conta recursos obtidos através do EDITAL FAPEMA N° 44/2013 – APOIO A COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS (APCInter), no valor de R\$ 96.090,00, Processo 52010/2014.

10.1 ORÇAMENTO

Elemento de despesa	Quantidade	Valor Unitário médio (em R\$)	Valor Total (em R\$)
CUSTEIO			
Material de consumo			1.000,00
Compon.ou peças de reposição			2.000,00
Recup. e manut. de equipam.			1.450,00
Diárias Internacionais em Cabo Verde para pesquisadores e estudantes da UFMA	114	360,00 (U\$ 150,00)	41.040,00
Diárias em São Luís para pesquisadores da Uni-CV	35	200,00	7.000,00
Diárias no interior do Maranhão para pesquisadores da Uni-CV	14	150,00	2.100,00
Passagens ida e volta Praia (Cabo Verde) – São Luís (Maranhão-Brasil)	05	2.600,00	13.000,00
Passagens ida e volta São Luís (Maranhão-Brasil) – Praia (Cabo Verde)	10	2.600,00	26.000,00
Total Custeio			93.590,00
DESPESAS DE CAPITAL			
Projeter Multimídia (Data show)	01	2.500,00	2.500,00
Total Capital			2.500,00
TOTAL DO PROJETO			96.090,00

11 Experiência do proponente e da equipe

O Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), cujos componentes da equipe proponente estão vinculados e sob a Coordenação do Prof. Horácio Antunes de Sant'ana Júnior, existe desde 2005 e nesse período realizou duas pesquisas principais: a primeira foi denominada “Modernidade, Desenvolvimento e Conseqüências Sócio-Ambientais: a Implantação do Pólo Siderúrgico na Ilha de São Luís-MA” (2005 e 2009) e buscou investigar a implantação do projeto do Polo Siderúrgico na Ilha do Maranhão, município de São Luís-MA, suas conseqüências socioambientais e sua relação com a instalação, em curso, da Reserva Extrativista do Taim, procurando detectar os variados agentes, coletivos e individuais, envolvidos neste debate, quais são suas posições, quais os conflitos internos a cada instituição ou segmento social, e os instrumentos de divulgação de suas posições. Para tanto, contou com apoio financeiro do CNPq (Edital MCT/CNPq 61/2005 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas), bolsas de iniciação científica financiadas pelo PIBIC/CNPq/UFMA, BIC/FAPEMA/UFMA e BECA/IIEB. A segunda pesquisa, denominada “Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais no Maranhão” (2009-2014), já contou com apoio financeiro advindo do Edital MCT/CNPq 02/2009 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, do Edital FAPEMA 10/2009 – Universal e do Edital FAPEMA 01/2012 – Universal, além de bolsas PIBIC-UFMA, uma bolsa FAPEMA para pós-doutorado, bolsas para doutorado, bolsas para mestrado, bolsas de iniciação científica financiadas pelo PIBIC/CNPq/UFMA, BIC/FAPEMA/UFMA, PIBIC/UFMA, uma bolsa CNPq de Apoio Técnico – Nível Superior e duas bolsas FAPEMA de Apoio Técnico – Nível Superior e Médio.

Prof. Horácio, desde o seu doutoramento, realiza pesquisa inserida no projeto “Projetos socioambientais na Amazônia brasileira – Atores e trajetórias”, coordenado pela Prof^ª Dr^ª Neide Esterci, no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e contando com a participação da Prof^ª Dr^ª Maria José Aquino, da UFPA. O projeto contou e conta com recursos do CNPq e do Fundo para Expansão do Programa de Pesquisas do Instituto Mamirauá (FEPIM).

Prof. Horácio Antunes participa do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente, coordenado pelos Professores José Ricardo Ramalho e Neide Esterci e sediado no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ.

O GEDMMA, através do proponente deste projeto, articulou-se o Projeto “Amazônia e paradigmas do desenvolvimento” que deu origem ao Convênio PROCAD PPGCS-UFMA/PPGSA-UFRJ, financiado pela CAPES, que envolveu pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais da UFMA e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, com vigência entre 2006 e 2010. Desde 2010, está articulado ao Projeto “Territórios Emergentes da Ação Pública Local e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira”, que envolve pesquisadores de três instituições (PPGCS/UFPA, PPGSA/UFRJ e PPGCSoc/UFMA), tomando como eixo comum de preocupações as dinâmicas de reconfiguração territorial em estados como Pará e Maranhão. O projeto foi aprovado no Edital PROCAD Novas Fronteira, editado pela CAPES em 2009. Tem como Coordenadora Geral Maria José S. Aquino (PPGCS/UFPA). Neide Esterci coordena a equipe do PPGSA/UFRJ e Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior coordena a Equipe do PPGCSoc/UFMA.

O Proponente também está vinculado ao Grupo de Pesquisa de Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC), credenciado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq, vinculado ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos/UFRJ e liderado pelos Profs. Dr. Ricardo Rezende Figueira, do Departamento de Serviço Social e Dra. Adônia Antunes Prado, do Departamento de Educação, ambos da UFRJ. Mantém próxima colaboração com este grupo, procurando investigar a relação entre grandes projetos de desenvolvimento e vulnerabilização de populações locais ao trabalho escravo contemporâneo.

O proponente é professor permanente dos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e Políticas Públicas da UFMA e foi coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais no período de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2009.

Equipe

Coordenador

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (Doutor em Ciências Humanas – Sociologia – pela UFRJ)

Pesquisadores Associados

Profa. Dra. Madian de Jesus Frazão Pereira (Doutora em Sociologia pela UFRN e professora do DESOC/UFMA)

Profa.Dra. Cíndia Brustolin (Doutora em Sociologia/UFRGS; Professora do DESOC/UFMA)

Prof. Dr. Samarone Carvalho Marinho (Doutor em Geografia Humana/USP; Professor do Departamento de Geociências/UFMA);

Colaboradores

Prof. Ms. Bartolomeu Rodrigues Mendonça (Mestre em Sustentabilidade de Ecossistemas pela UFMA, Doutorando em Ciências Sociais pela UFMA e professor do COLUN/UFMA).

Prof. Ms. Elio de Jesus Pantoja Alves (Doutorando em Ciências Humanas – Sociologia pela UFRJ e professor do DESOC/UFMA)

Elena Steinhorst Damasceno (Doutoranda em Políticas Públicas pela UFMA)

Lenir Moraes Muniz (Doutoranda em Ciências Sociais pela UFMA)

Fernanda Cunha de Carvalho (Doutoranda em Geografia pela UFSCar)

Maiana Roque da Silva Maia (Mestranda em Ciências Sociais pela UFMA)

Jadeilson Ferreira Moreira (Mestrando em Ciências Sociais pela UFMA)

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior (Mestrando em Geografia Humana pela USP)

Ana Lourdes da Silva Ribeiro (Mestranda em Educação Ambiental pela FURG)

Neuziane Sousa dos Santos (Mestranda em Políticas Públicas pela UFMA)

. Manuel Sousa Rodrigues (Graduado em Ciências Sociais, bolsista de Apoio Técnico Nível Superior do CNPq)

12 Cronograma

1º ANO												
ATIVIDADES	jun 2014	jul 2014	ago 2014	set 2014	out 2014	nov 2014	dez 2014	jan 2015	fev 2015	mar 2015	abr 2015	mai 2015
Revisão bibliográfica	X	X		X	X	X	X			X	X	X
Levantamento e mapeamento dos principais projetos de desenvolvimento	X	X		X						X	X	
Seleção de áreas para investigação empírica				X	X						X	X
Trabalho de Campo				X	X	X	X			X	X	X
Reunião das equipes para planejamento e avaliação Uni-CV				X								
Missões de pesquisa e ensino de pesquisadores da UFMA na Uni-VC					X						X	
Missões de pesquisa e ensino de pesquisadores da Uni-CV na UFMA												X
Estágio de Estudantes						X						
Relatório parcial												X

2º ANO												
ATIVIDADES	jun 2015	jul 2015	ago 2015	set 2015	out 2015	nov 2015	dez 2015	jan 2016	fev 2016	mar 2016	abr 2016	mai 2016
Revisão bibliográfica	X	X	X			X	X	X	X		X	X

Levantamento e mapeamento dos principais projetos de desenvolvimento	X				X					X		
Seleção de áreas para investigação empírica	X	X										
Trabalho de Campo	X	X	X			X	X	X	X		X	X
Reunião das equipes para planejamento e avaliação Uni-CV	X	X	X			X	X	X	X		X	X
Reunião das equipes para planejamento e avaliação na UFMA;			X									
Missões de pesquisa e ensino de pesquisadores da UFMA na Uni-VC											X	
Missões de pesquisa e ensino de pesquisadores da Uni-CV na UFMA					X							
Estágio de Estudantes				X		X						
Relatório final												X

13 Dados da Equipe Internacional

A equipe internacional está vinculada ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Uni-CV, coordenado pelo professor Dr. José Carlos Gomes dos Anjos. A pós-graduação em Ciências Sociais da Uni-CV vem cumprindo um papel importante na produção de pesquisas sobre o continente africano, em especial, Cabo Verde. A parceria Uni-CV/UFMA potencializa os trabalhos desenvolvidos em Cabo Verde e no Maranhão.

1) Coordenador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (Coordenador da Pós-graduação em Ciências Sociais da Uni-CV)

O professor Dr. José Carlos Gomes dos Anjos já desenvolveu diversas pesquisas e orientou teses de doutoramento relacionadas ao tema proposto em Cabo Verde e no Brasil. Destacam-se sua tese de doutorado sobre elites em Cabo Verde, já publicada como livro. O professor está vinculado também aos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Rural e pós-graduação em Sociologia na UFRGS onde orienta trabalhos na mesma perspectiva.

- 2) Profa. Dra. Olena V. Kovtun (Professora Auxiliar na Escola Superior das Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade de Cabo Verde)
- 3) Vladimir A. D. Silves Ferreira (Doutorando em Ciências Sociais - Uni-CV)
- 4) Hilarina Nascimento Lima (Doutoranda em Ciências Sociais - Uni-CV)
- 5) Milena Silvester Quadros (Doutoranda em Sociologia -UFRGS)